



COMUNICADO
CONVÊNIO ICMS 92/15 - CEST

Considerando-se as recentes e intempestivas alterações ocorridas no cenário nacional em decorrência da Lei Complementar 147/2014 e dos Convênios ICMS 92/2015 e 146/2015, e enquanto se aguarda a publicação do decreto que visa à adequação do Regulamento do ICMS – RICMS-ES à legislação nacional, divulgamos os seguintes esclarecimentos acerca do regime de substituição tributária.

1. As alterações no RICMS-ES serão necessárias pelas seguintes razões:

- a) A Lei Complementar 147/2014 estabeleceu que, a partir de 01/01/2016, os contribuintes optantes pelo regime do Simples Nacional não mais se submetem à sujeição passiva por substituição tributária, com exceção do rol de produtos e mercadorias elencados na alínea “a” do inciso XIII, § 1º, art. 13, da Lei Complementar 123/2006;
- b) A lista pormenorizada e codificada desses produtos e mercadorias ficou ao encargo do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, que a publicou através do Convênio ICMS 146/2015 (alterou o Convênio 92/2015), criando o CEST – Código Especificador da Substituição Tributária;
- c) O Convênio ICMS 92/2015 estabeleceu que a sistemática de uniformização e identificação das mercadorias e bens passíveis de sujeição aos regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do ICMS com o encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes em todo o país, obriga também os contribuintes do regime ordinário de apuração;
- d) Por decorrência dessas alterações, desde 01/01/2016 **só poderá haver a incidência de substituição tributária nas operações com produtos e mercadorias que possuem o código CEST**;
- e) A lista do CEST fora publicada pelo CONFAZ somente em 15/12/2015, o que trouxe enormes dificuldades às unidades federadas e aos contribuintes. Entretanto, deve-se ressaltar que o Convênio ICMS 92/2015 é auto aplicativo e gera efeitos desde 01/01/2016, independentemente de regulamentação interna;
- f) A fim de dirimir eventuais conflitos de interpretação e elucidar as dúvidas dos contribuintes, o RICMS-ES será harmonizado com a nova legislação nacional supramencionada, em **decreto a ser publicado**;

2. Alterações a serem feitas no RICMS-ES:

2.1 **Remodelação do Anexo V**

Em breve será publicado um novo anexo V do RICMS-ES, contendo a relação de todos os produtos e mercadorias submetidos à sujeição passiva por substituição tributária no Estado do Espírito Santo, com efeitos desde 01/01/2016;



2.2 Lista de produtos e mercadorias que saíram da substituição tributária em 01/01/2016

Da relação de produtos e mercadorias constantes no Anexo V do RICMS-ES, vigente até 31/12/2015, estão excluídos da substituição tributária, a partir de 01/01/2016, conforme **decreto a ser publicado**:

Gelo; acessórios/componentes destinados a integrar ou acondicionar sorvete; solventes; massas, pastas, ceras, encáusticas, líquidos, preparações e outros para dar brilho, limpeza, polimento ou conservação; piche, pez, betume e asfalto; impermeabilizantes, imunizantes para madeira, alvenaria e cerâmica; colas; secantes; preparações catalíticas, aglutinantes, aditivos, agentes de cura para aplicação em tintas, vernizes, bases, cimentos, concretos, rebocos e argamassas; indutos, mastigues, massas para acabamento, pintura ou vedação; corantes para aplicação em bases, tintas e vernizes; filme fotográfico e cinematográfico; isqueiros e pilhas; disco fonográfico, fita virgem ou gravada e outros suportes para reprodução ou gravação de som ou imagem; colchoaria; odorizantes, desodorizantes de ambiente e superfície; pomadas, cremes e preparações semelhantes para calçados ou para couros; pastas, pós, saponáceos e outras preparações para arear; facilitadores e goma de passar roupa; inseticidas, rodenticidas, fungicidas, raticidas e repelentes; desinfetantes; cloros; carbonatos de sódio; cloretos de hidrogênio; ácido clorossulfúrico; limpador abrasivo e/ou soda cáustica; desumidificador de ambiente; floculantes; clarificantes; decantadores à base de cloretos; oxicletores; hidrocloretores; sulfatos de alumínio e outros sais de alumínio; tira-manchas de roupas; barrilha leve; carbonatos de cálcio; hidrogeno carbonato de sódio ou bicarbonado de sódio; naftalina; antiferrugem; clarificante; controlador de metais; limpa-bordas; preparações para lubrificar e amaciar matérias têxteis, couros, peleteria e outras matérias; neutralizador/eliminador de odor; algicidas, removedores de gorduras e oleosidade; kit teste pH/cloro; produtos para limpeza pesada; redutor de pH; rodilhas, esfregões, panos de prato ou de cozinha, flanelas e artefatos de limpeza; aparelhos mecânicos odorizantes, desinfetantes e afins; vassouras, escovas, rodos, cabos e afins; fitas emborrachadas; revestimentos para pavimentos (pisos) e capachos; juntas, gaxetas e semelhantes, de borracha vulcanizada não endurecida, para uso não automotivo; folhas para folheados, folhas para compensados (contraplacados) ou para outras madeiras; pisos de madeira; painéis de madeira ou de outras matérias lenhosas; pisos laminados com base de MDF e/ou madeira; obras de marcenaria ou de carpintaria para construções; linóleos; persianas de materiais têxteis; ladrilhos; abrasivos; aglomerados com cimento, gesso ou outros aglutinantes minerais; obras de cimento, de concreto ou de pedra artificial; pateras, porta-chapéus, cabides, e artigos semelhantes; e aquecedores de água não elétricos.

2.3 Tratamento a ser dado ao estoque de produtos, existente em 31/12/2015, das empresas do regime ordinário de apuração

Os contribuintes que, em 31/12/2015, possuíam em seu estoque mercadorias com imposto recolhido antecipadamente e, a partir de 01/01/2016, foram excluídas do regime de substituição tributária por força do Convênio ICMS 92/2015, deverão adotar os seguintes procedimentos:

I - no mês de referência “fevereiro/2016”, enviar a escrituração do Bloco “H” (“INVENTÁRIO FÍSICO”) da Escrituração Fiscal Digital - EFD, conforme orientações do Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital publicado no Portal Nacional do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), cujo prazo se encerra no dia 20 de março/2016, observando-se:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA
GERÊNCIA FISCAL
SUBGERÊNCIA FISCAL DE RECEITAS ESPECIAIS

- a) no campo 04 (“MOTIVO DO INVENTÁRIO”) do Registro “H005”, deverá ser informado o código “02 - mudança da forma de tributação da mercadoria (ICMS)”;
- b) no campo 04 (“QUANTIDADE DO ITEM”) do Registro “H010”, deverá ser informada a quantidade da mercadoria em estoque;
- c) no campo 05 (“VALOR UNITÁRIO DO ITEM”) do Registro “H010”, deverá ser informado o valor (unitário) médio ponderado das mercadorias, calculado com base nos respectivos documentos fiscais de entrada, do estoque existente em 31/12/2015;
- d) no campo 03 (“BASE DE CÁLCULO DO ICMS”) do Registro “H020”, deverá ser informado o valor (unitário) médio ponderado da base de cálculo utilizada para a retenção do imposto relativo à substituição tributária, apurado com base nos mesmos documentos fiscais referidos na alínea “c”;
- e) no campo 04 (“VALOR DO ICMS A SER CREDITADO”) do Registro “H020”, deverá ser informado o valor (unitário) resultante da multiplicação da base de cálculo da mercadoria (campo 03 do Registro “H020”) pela alíquota correspondente à carga tributária incidente na saída interna da mercadoria a consumidor final;
- f) o valor (unitário) do imposto obtido nos termos da alínea “e” deverá ser multiplicado pela quantidade da respectiva mercadoria em estoque (campo 04 do Registro “H010”), resultando no valor do ICMS a ser creditado em relação a cada mercadoria por exclusão do regime de substituição tributária;
- g) o somatório dos valores de ICMS obtidos na forma da alínea “f” corresponderá ao valor total do ICMS a ser creditado, cujo valor deverá ser lançado, na apuração do imposto próprio relativo ao mês de referência, no livro Registro de Apuração do ICMS (Bloco “E” da EFD - código de ajuste ES121200), no quadro “Crédito do Imposto - Outros Créditos”, informando a descrição “crédito relativo ao estoque de mercadoria excluída da ST”, fazendo-se a expressa menção ao **número do decreto a ser publicado**;

II - A partir do mês de março/2016, compensar, em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, o saldo credor do ICMS escriturado na forma do inciso I com o saldo devedor relativo às operações próprias ou de substituição tributária, apurado no regime ordinário, até a sua total utilização;

III - Manter à disposição do Fisco, pelo prazo decadencial do imposto, todo o memorial de cálculo do crédito produzido e de sua compensação, nas formas dos incisos I e II, bem como a relação das notas fiscais utilizadas para os cálculos;

IV - Declarar na DIEF os valores compensados mensalmente na forma do inciso II.

Para maiores informações, envie e-mail para susut@sefaz.es.gov.br ou ligue (27) 3347-5258/3347-5260/3347-5261